



Demonstrações Financeiras Consolidadas referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Internacional - IFRS, e Relatório dos Auditores Independente

Banco Pine S.A.



Banco Pine S.A.

***Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

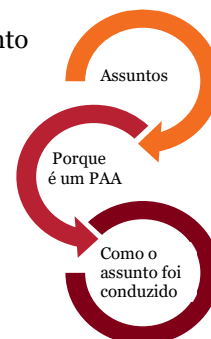
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco Pine S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela inclusão do PAA sobre bens não de uso próprio, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Valor justo de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3.k e 7, o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a Administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. A mensuração do valor justo foi efetuada por meio do método de fluxo de caixa descontado, que considera premissas estabelecidas internamente pela Administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analizamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela Administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela Administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes

Conforme divulgado nas notas 3.m e 10, o Banco e suas controladas registram provisão para perdas de crédito esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9.

A determinação da perda de crédito esperada dos empréstimos e adiantamentos a clientes,

Atualizamos nosso entendimento dos procedimentos adotados pela Administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de determinação da perda de crédito esperada em empréstimos e adiantamentos a clientes.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação à metodologia e apuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados a (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil das perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3.j e 40, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela Administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela Administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor recuperável de bens não de uso próprio

Conforme divulgado nas notas 3.0 e 11, o Banco possui bens não de uso próprio compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos e premissas estabelecidas pela Administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da Administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela Administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para verificar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela Administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela Administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3.x e 24.b, o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas são apropriados.



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Banco Pine S.A.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco Pine S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2019	2018
ATIVO			
Ativos financeiros		7.944.738	7.882.634
Caixa e equivalentes de caixa	5.	85.569	1.453.338
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		4.686.598	3.699.009
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		2.424.485	2.970.766
Instrumentos de dívida	7.	649.347	1.214.508
Instrumentos de capital	7.	1.434	96.893
Derivativos	8.	1.773.704	1.659.365
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		2.262.113	728.243
Instrumentos de dívida	7.	2.262.113	728.625
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b)	-	(382)
Ativos financeiros ao custo amortizado		3.172.571	2.730.287
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6.	35.352	36.014
(-) Provisão para perdas esperadas		(4.125)	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.	3.496.095	2.984.453
Instrumentos de dívida	7.a)	-	106.346
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b)	(354.751)	(396.526)
Outros ativos		1.320.341	832.119
Ativos não circulantes mantidos para venda	11.	1.022.787	508.481
Outros		297.554	323.638
Devedores por depósitos em garantia	12.	60.006	54.116
Imposto de renda a compensar		73.812	61.652
Outros ativos	13.	163.736	207.870
Créditos tributários		694.168	542.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.e)	694.168	542.224
Imobilizado	14.	38.854	1.602
Imobilizado de uso		38.854	1.602
Intangível	15.	2.637	395
Intangíveis		2.637	395
TOTAL DO ATIVO		10.000.738	9.258.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2019	2018
PASSIVO			
Passivos financeiros		9.045.382	8.326.231
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		2.044.068	1.671.893
Instrumentos financeiros derivativos	8.	2.044.068	1.671.893
Passivos financeiros ao custo amortizado		7.001.314	6.654.338
Depósitos de instituições financeiras	16.	67.049	91.130
Depósitos de clientes	17.	6.245.729	5.749.153
Captações no mercado aberto	18.	345.394	358.692
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19.	10.852	25.097
Obrigações por empréstimos e repasses	20.	125.800	319.096
Outras obrigações	21.	23.450	-
Dívidas subordinadas	22.	131.457	75.495
Outros passivos financeiros	23.	51.583	35.675
Provisões	24.	41.496	34.551
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		41.127	34.182
Provisões para riscos fiscais		369	369
Obrigações Fiscais		2.176	2.131
Outras	25.	2.176	2.131
Outros Passivos	26.	30.445	27.324
TOTAL DO PASSIVO		9.119.499	8.390.237
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.	881.239	868.737
Capital social - País		1.073.526	983.392
Capital social - Exterior		128.867	128.867
(-) Ações em Tesouraria		-	(39)
Ajustes de avaliação patrimonial	28.	37.274	(5.418)
Prejuízos acumulados		(358.428)	(238.065)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.000.738	9.258.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Receitas com juros e similares	29.	893.443	758.653
Despesas com juros e similares	30.	(701.950)	(736.135)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		191.493	22.518
Receitas de tarifas e comissões	32.	44.806	66.067
Despesas de tarifas e comissões	32.	(4.753)	(3.842)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		(193.380)	(11.139)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		155.235	186.318
Instrumentos de dívida	33.a)	43.303	57.498
Instrumentos de capital	33.a)	1.142	-
Derivativos	33.b)	110.790	128.820
Variações cambiais	34.	(348.615)	(197.457)
Provisão para perdas de crédito esperadas		(106.187)	53.568
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(334)	80.290
Instrumentos de dívida mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado		(105.853)	(26.722)
Outras receitas (despesas) operacionais	35.	7.900	31.483
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL		(60.121)	158.655
Despesas administrativas		(231.356)	(213.719)
Despesas com pessoal	36.	(100.991)	(116.108)
Despesas tributárias		(27.861)	(10.114)
Outras despesas administrativas	37.	(102.504)	(87.497)
Depreciações e amortizações		(990)	(698)
Provisões (líquidas)	38.	(1.257)	5.638
Resultado na alienação de bens	39.	17.766	(484)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(275.958)	(50.608)
Imposto de renda e contribuição social	40.a)	160.331	7.514
PREJUÍZO CONSOLIDADO		(115.627)	(43.094)
PREJUÍZO POR AÇÃO (em reais)			
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		(0,78)	(0,36)
Ações preferenciais		(0,78)	(0,36)
Prejuízo atribuído/diluído (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		(58.983)	(23.676)
Ações preferenciais		(56.644)	(19.418)
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		75.577.842	65.178.483
Ações preferenciais		72.579.922	55.992.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2019	2018
Prejuízo consolidado		(115.627)	(43.094)
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros disponíveis para venda	28.	-	(34.327)
Variação de valor justo		-	(62.618)
Efeito fiscal		-	28.291
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	28.	(1.849)	23.813
Variação de valor justo		(2.868)	21.952
Efeito fiscal		1.019	1.861
Hedges fluxo de caixa	28.	1.331	1.949
Variação de valor justo		1.957	4.007
Efeito fiscal		(626)	(2.058)
Outros		3.459	(1.872)
Prejuízo abrangente		(112.686)	(53.531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.112.259	-	(18.876)	28.832	(145.365)	976.850
Ajustes da aplicação inicial do IFRS 9	-	-	-	13.671	(33.807)	(20.136)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.112.259	-	(18.876)	42.503	(179.172)	956.714
Prejuízo consolidado do exercício	-	-	-	-	(43.094)	(43.094)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(47.921)	(3.571)	(51.492)
Ativos financeiros ao VJORA	-	-	-	(87.475)	-	(87.475)
Hedges fluxos de caixa	-	-	-	4.007	-	4.007
Imposto de renda diferido	-	-	-	38.342	-	38.342
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(2.795)	(3.571)	(6.366)
Outras mutações do patrimônio líquido	-	-	18.837	-	(12.228)	6.609
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	-	-	18.837	-	(12.228)	6.609
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.112.259	-	(39)	(5.418)	(238.065)	868.737
Ajustes da aplicação inicial do IFRS 16	-	-	-	-	(417)	(417)
Saldos em 01 de janeiro de 2019	1.112.259	-	(39)	(5.418)	(238.482)	868.320
Prejuízo consolidado do exercício	-	-	-	-	(115.627)	(115.627)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	2.941	(4.280)	(1.339)
Ativos financeiros ao VJORA	-	-	-	(2.868)	-	(2.868)
Hedges fluxos de caixa	-	-	-	1.957	-	1.957
Imposto de renda diferido	-	-	-	393	-	393
Outros resultados abrangentes	-	-	-	3.459	(4.280)	(821)
Outras mutações do patrimônio líquido	90.134	-	39	39.751	(39)	129.885
Aumento de Capital	90.134	-	-	-	-	90.134
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	-	-	39	-	(39)	-
Provisão para perdas esperadas - Ativos VJORA	-	-	-	39.751	-	39.751
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.202.393	-	-	37.274	(358.428)	881.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (MÉTODO INDIRETO)

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo ajustado		(188.180)	(142.111)
Prejuízo exercício		(115.627)	(43.094)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(3.876)	(21.601)
Depreciação e Amortização		990	698
Impostos diferidos		(177.111)	(18.882)
Provisão para perdas de ativos financeiros		106.187	(53.568)
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		1.257	(5.638)
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, bens não de uso e investimentos		-	(26)
Varição de ativos e passivos operacionais		(1.289.116)	374.717
(Aumento) Redução de Títulos e valores mobiliários		(830.176)	(765.034)
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		257.836	(16.281)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		662	214.495
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(655.861)	818.871
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado - Instrumentos de dívida		106.346	117.483
(Aumento) Redução de Ativos não correntes para venda		(514.306)	(228.723)
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		(5.890)	(2.678)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		(12.160)	1.552
(Aumento) Redução de Outros ativos		44.134	87.294
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		25.167	(39.396)
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		(24.081)	(12.322)
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		496.576	799.795
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		(13.298)	(39.311)
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		(14.245)	(62.919)
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		(193.296)	(420.495)
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		15.908	(54.612)
Aumento (Redução) de Provisões		5.688	(726)
Aumento (Redução) de Passivos fiscais		45	(753)
Aumento (Redução) de Outras obrigações		21.835	(21.523)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		(1.477.296)	232.606
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(38.197)	112
(Aquisição) Alienação de intangível		(2.287)	(57)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		(40.484)	55
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		90.134	-
Dívidas subordinadas		55.962	34.478
Venda (Aquisição) de ações em tesouraria		39	6.609
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		146.135	41.087
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.371.645)	273.748
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.	1.453.338	1.157.989
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	5.	3.876	21.601
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.	85.569	1.453.338
Informações complementares			
Juros recebidos		320.456	513.203
Juros pagos		307.172	450.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente, e certas operações tem a co-participação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 27 de abril de 2019, as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, de 31 de dezembro de 2019, pela Administração do Pine.

As Demonstrações Financeiras em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatária sem exceções.

b) Adoção de normas e interpretações:

O Pine adotou as normas e interpretações, aplicáveis à instituição, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

O Banco arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes ao mecanismo de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data.

Os ativos de direito de uso reconhecidos, relacionados a cada tipo de ativo estão relacionados abaixo:

	Efeito da adoção		2019
	2018	IFRS 16	
Edificações - locação de andares	-	17.446	17.446
Total	-	17.446	17.446

O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 4,5%, enquanto a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%

Efeitos na contabilização do passivo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	2019
Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019	17.463
Originação de Contratos	18.875
Descontos Contratuais	(962)
Pagamentos efetuados	(19.023)
Apropriação e Juros no Exercício ⁽¹⁾	807
Passivo Financeiro a Custo Amortizado – Contratos de Arrendamento em 31/12/2019	17.160

Efeitos na contabilização no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção inicial:

	2019
Efeitos em resultado decorrentes da adoção do IFRS 16:	
Despesa de depreciação dos Bens arrendados - (10% a.a)	3.477
Despesa de juros do passivos	5.978
Total	9.455

c) Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2019.

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a seguinte norma que possui data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2019 e ainda não foi adotada pelo Banco é:

IFRS 17 - Contratos de Seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas contemplam as operações do Pine, que inclui a agência de Grand Cayman, suas subsidiárias, bem como das entidades de propósito específico e dos fundos de investimento onde o Pine é cotista único.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo grupo.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas:

Atividade	Participação no capital (%)		
	2019	2018	
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman ⁽¹⁾	Dependência no exterior	100,000	100,000
Subsidiárias			
Pine Securities USA LLC ⁽²⁾	<i>Broker Dealer</i>	100,000	100,000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda	SPE	99,9900	99,9900

⁽¹⁾ Em 11 de janeiro de 2019, ocorreu a redução de Capital da dependência no exterior - Agência Grand Cayman no valor equivalente a USD 52.000.

⁽²⁾ A Pine Securities USA LLC encerrou as atividades em 11 de janeiro de 2019.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Consolidação

O Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de *hedge* em transações qualificáveis de *hedge* de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Banco Central do Brasil.

f) Moeda estrangeira**Moeda funcional e moeda de apresentação**

Cada empresa do Grupo determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- . Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- . Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação”.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevado de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

k) Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Pine são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja querido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em "Receitas com juros".

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação à mercado, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mantidos para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação, se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.m).

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações ao valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F) e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações cotadas em bolsa sem liquidez e títulos privados onde não possuem dados de mercado observáveis para determinar a melhor referência de valor justo. Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

	2019			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	690.050	1.734.435	-	2.424.485
Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	2.102.627	159.486	-	2.262.113
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	2.044.068	-	2.044.068

	2018			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.230.501	1.243.913	496.352	2.970.766
Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	676.342	51.901	-	728.243
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	1.671.893	-	1.671.893

⁽¹⁾ No exercício de 2019 os Direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes foram convertidos em "Ativos não circulantes mantidos para venda" e reclassificados para essa respectiva rubrica. Durante o exercício de 2019 este ativo passou a atender os critérios dispostos nos parágrafos 7 e 8 do CPC 31 (IFRS 5), estando disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda.

Em 31 de dezembro de 2019 não houve transferência entre os níveis.

I) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo no final do exercício.

	2019		2018	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	85.569	85.569	1.453.338	1.453.338
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	35.352	35.352	36.014	36.014
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱ⁾	3.479.789	3.496.095	2.660.927	2.984.453
Total dos ativos financeiros	3.600.710	3.617.016	4.150.279	4.473.805
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	67.049	67.049	91.130	91.130
Depósitos de clientes ^(iv)	6.292.549	6.245.729	5.709.920	5.749.153
Captações no mercado aberto ^(v)	345.394	345.394	358.692	358.692
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(vi)	6.650	10.852	26.432	25.097
Obrigações por empréstimos e repasses ^(vii)	127.625	125.799	319.001	319.096
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações	75.033	75.033	35.675	35.675
Dívidas subordinadas ^(viii)	62.089	131.457	53.872	75.495
Total dos passivos financeiros	6.976.389	7.001.313	6.594.722	6.654.338

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

O Pine não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Pine não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas".

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Pine para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 45.f.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 45.f.

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 45.f.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default - EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 43.f.

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- IGPM;
- Produção Industrial (%).

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do *exercício*.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São considerados como tal os ativos não correntes cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como "mantido para a venda", o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores são considerados como ativos não correntes "mantidos para a venda" se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda". Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

p) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Aeronave: 10 anos
- Outros bens: 10 anos

q) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

r) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

s) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

t) Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount*, que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

u) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

v) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

· Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

w) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

x) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

y) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

. Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

. Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

. Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Disponibilidades (Caixa)	83.329	228.539
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽¹⁾	2.240	1.224.799
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	85.569	1.453.338

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão compostos como se segue:

	2019	2018
Classificação IFRS 9		
Ativos financeiros ao custo amortizado	35.352	36.014
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	35.352	36.014
Total	35.352	36.014
Tipo:		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	35.352	36.014
Total	35.352	36.014

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL
a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão compostos como segue:

Classificação	2019			2018		
	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	649.347	645.907	(3.440)	1.214.508	1.187.124	27.384
Instrumentos de capital	1.434	-	-	96.893	107.593	(10.700)
Total	650.781	645.907	(3.440)	1.311.401	1.294.717	16.684
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	2.262.113	2.259.551	2.562	728.625	723.195	5.430
(-) Provisão para perdas de crédito ⁽¹⁾	(66.251)	(66.251)	-	(382)	(382)	-
Total	2.195.862	2.193.300	2.562	728.243	722.812	5.430
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	-	-	-	108.372	106.346	2.026
(-) Provisão para perdas de crédito	-	-	-	(10.626)	(10.626)	-
Total	-	-	-	97.746	95.720	2.026
Total Geral	2.846.643	2.839.207	(878)	2.137.390	2.113.249	24.140

⁽¹⁾ Conforme descrito na nota 3.m, a perda esperada de instrumentos financeiros ao VJORA são contabilizadas em outros resultados abrangentes tendo como contra-partida o resultado. O valor apresentado no quadro acima não contém efeitos tributários. A apresentação da perda esperada por estágios encontra-se apresentada na nota 27.e.

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento:

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					2019
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado						
Ações	1.434	-	-	-	-	1.434
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	2.475	-	2.475
LFT	-	-	-	-	637.176	637.143
NTNB	-	-	3	8.234	359	7.723
NTNF	-	-	1.100	-	-	1.100
Total de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	1.434	-	1.103	10.709	637.535	649.815

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes

Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.034	2.034	939
Debêntures	-	16.584	16.875	32.706	91.287	157.452	154.025
LFT	-	-	-	349.505	805.465	1.154.970	1.154.518
LTN	-	-	-	163.065	-	163.065	165.182
NTNB	-	-	304.358	-	79.004	383.362	382.336
NTNF	-	-	109.972	81.222	210.036	401.230	402.552
Total de instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	16.584	431.205	626.498	1.187.826	2.262.113	2.259.552
Total Geral	1.434	16.584	432.308	637.207	1.825.361	2.911.460	2.909.367

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					Total	Valor de curva
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		
Instrumentos financeiros ao custo amortizado							
Debêntures	-	19.944	-	-	82.764	102.708	100.682
Cédula Produtor Rural	-	5.664	-	-	-	5.664	5.664
Total de instrumentos financeiros ao custo amortizado	-	25.608	-	-	82.764	108.372	106.346
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado							
Ações	96.893	-	-	-	-	96.893	603.861
LTN	236	-	-	-	-	236	236
LFT	-	-	-	-	709.020	709.020	708.908
NTNF	-	1.095	-	-	-	1.095	1.032
NTNB	-	-	161	3	7.641	7.805	7.680
Outros títulos de dívida	-	-	-	496.352	-	496.352	469.268
Total de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	97.129	1.095	161	496.355	716.661	1.311.401	1.790.985
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes							
LFT	11.511	-	-	280.389	-	291.900	291.696
LTN	-	187.584	-	39.574	-	227.158	225.904
NTNF	-	-	-	54.824	-	54.824	52.158
NTNB	-	-	-	102.460	-	102.460	101.826
Debêntures	-	10.927	-	31.979	-	42.906	42.587
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.183	2.183	1.334
Notas Promissórias	1.504	4.226	1.464	-	-	7.194	7.688
Total de instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	13.015	202.737	1.464	509.226	2.183	728.625	723.193
Total Geral	110.144	229.440	1.625	1.005.581	801.608	2.148.398	2.620.524

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE
a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação e hedge

Instrumentos financeiros derivativos	2019			2018		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	9.479	1.722.480	1.731.959	51.528	1.524.304	1.575.832
Contratos a termo - a receber	40.875	870	41.745	63.873	3.729	67.602
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	15.713	218	15.931
Total a receber	50.354	1.723.350	1.773.704	131.114	1.528.251	1.659.365
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(7.049)	(2.002.958)	(2.010.008)	(10.943)	(1.623.825)	(1.634.768)
Contratos a termo - a pagar	(32.574)	(1.257)	(33.831)	(21.024)	(1.488)	(22.512)
Prêmios de opções lançadas	(229)	-	(229)	(14.176)	(437)	(14.613)
Total a pagar	(39.852)	(2.004.215)	(2.044.068)	(46.143)	(1.625.750)	(1.671.893)
Valor líquido	10.502	(280.865)	(270.364)	84.971	(97.499)	(12.528)

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

e) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos de negociação e hedge:

	2019				2018			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
	Swap							
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.458.992	1.716.610	-		3.160.932	1.512.540	-	
Juros	4.351.815	1.672.357	-		3.024.340	1.462.116	-	
Moeda	107.177	44.253	-		136.592	50.424	-	
Posição passiva:	4.458.992	-	(2.010.007)		3.160.932	-	(1.634.768)	
Juros	4.313.005	-	(2.002.635)		3.003.226	-	(1.618.710)	
Moeda	145.987	-	(7.372)		157.706	-	(16.058)	
Valor líquido		1.716.610	(2.010.007)	(82.742)		1.512.540	(1.634.768)	184.351
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	34.092	15.349	-		111.904	63.292	-	
Juros	10.536	3.309	-		62.459	50.076	-	
Moeda	23.556	12.040	-		29.445	13.216	-	
Posição passiva:	34.091	-	-		111.904	-	-	
Juros	34.091	-	-		111.904	-	-	
Valor líquido		15.349	-	(4.125)		63.292	-	5.102
Valor líquido de Swap		1.731.959	(2.010.007)	(86.867)		1.575.832	(1.634.768)	189.453
Contratos a termo								
Posição ativa:	2.485.686	41.745	-		3.329.839	67.602	-	
Juros	630.670	16.276	-		1.485.662	12.003	-	
Moeda	1.846.608	24.908	-		1.844.177	55.599	-	
Commodities	8.408	561	-		-	-	-	
Posição passiva:	2.485.686	-	(33.832)		3.329.839	-	(22.512)	
Juros	1.855.016	-	(32.772)		1.903.504	-	(13.962)	
Moeda	630.670	-	(1.060)		1.419.662	-	(8.550)	
Commodities	-	-	-		6.673	-	-	
Valor líquido		41.745	(33.832)	(25.048)		67.602	(22.512)	114.892
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	-	-	-		505.140	15.931	-	
Juros	-	-	-		-	-	-	
Moeda	-	-	-		500.715	15.651	-	
Commodities	-	-	-		4.425	280	-	
Prêmios de opções lançadas:	21.000	-	(229)		473.715	-	(14.613)	
Moeda	21.000	-	(229)		469.290	-	(13.986)	
Commodities	-	-	-		4.425	-	(627)	
Valor líquido		-	(229)	12.238		15.931	(14.613)	(2.218)
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.773.704	(2.044.068)	(99.677)		1.659.365	(1.671.893)	302.127

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	2019				2018			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda	Compra		Venda			
Mercado interfinanceiro	1.528.686	1.563.965	1.789		1.228.785	202.471	375	
Moeda	-	1.755.340	10.853		449.816	1.296.808	3.043	
Mercadoria	-	-	-		12.294	9.663	-	
Cupom cambial futuro	943.800	945.460	277		886.862	889.381	(788)	
Índice Bovespa (Ibovespa)	-	8.787	-		-	-	-	
Total	2.472.486	4.273.552	12.919	90.385	2.577.757	2.398.323	2.630	(168.205)

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	2019					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Swap		101.527	92.418	48.583	79.611	4.493.084
Contratos a termo		1.595.159	811.256	79.271	-	2.485.686
Opções		-	21.000	-	-	21.000
Futuros		4.645.023	1.284.197	297.885	78.192	6.746.038
Total		6.341.709	2.208.871	425.739	157.803	13.745.808

Valor de referência - Compensação	2018					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Swap		51.093	201.741	93.519	118.347	3.272.836
Contratos a termo		2.549.635	681.227	98.977	-	3.329.839
Opções		92.075	880.586	6.194	-	978.855
Futuros		3.326.528	977.417	369.195	100.158	4.976.080
Total		6.019.331	2.740.971	567.885	218.505	12.557.610

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	2019				2018			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	21.000	6.746.038	-	-	843.500	4.976.080
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	21.000	6.728.158	-	-	843.500	4.917.852
Bolsas no exterior	-	-	-	17.880	-	-	-	58.228
Balcão	4.493.084	2.485.686	-	-	3.272.836	3.329.839	135.355	-
Instituições Financeiras	2.799.377	-	-	-	164.406	-	-	-
Empresas	1.693.707	2.485.686	-	-	3.108.430	3.329.839	135.355	-
Total	4.493.084	2.485.686	21.000	6.746.038	3.272.836	3.329.839	978.855	4.976.080

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

i) Hedge Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pela IAS 39, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma, conforme permitido pelo IFRS 9.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é anular as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

As operações estão relacionadas abaixo:

(i) Em 28 de dezembro de 2011 foram captados USD25 milhões, através do PROPARCO - Societe de Promotion Et de Participations - Paris, convertidos à taxa de câmbio de R\$1,87/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$47 milhões. O Pine optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do *hedge* fluxo de caixa, da seguinte forma:

Contraparte	2019				
	Valor Nominal	Indexador	Taxa de juros	Data de início	Data de vencimento
PROPARCO - Societe de Promotion Et de Participations - Paris	USD 25,000	Libor	4,20% ao ano	19/12/2011	30/04/2022

	2019	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Indexador	Libor	Pré
Taxa de juros	4,20% ao ano	16,85% ao ano
Data de início	10/12/2014	10/12/2014
Data do pagamento cupom/amortização	Abril, Maio, Outubro e Novembro de 2015 a 2022	Abril, Maio, Outubro e Novembro de 2015 a 2022
Data de vencimento	02/05/2022	02/05/2022

(ii) Em 20 de dezembro de 2013 foram captados USD20 milhões, através do PROPARCO - Societe de Promotion Et de Participations - Paris, convertidos à taxa de câmbio de R\$2,34/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$47 milhões. Não houve parcela inefetiva. O Pine optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do *hedge* fluxo de caixa, da seguinte forma:

Contraparte	2019				
	Valor Nominal	Indexador	Taxa de juros	Data de início	Data de vencimento
PROPARCO - Societe de Promotion Et de Participations - Paris	USD 20,000	Taxa fixa	5,85% ao ano	20/12/2013	15/12/2023

	2019	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Indexador	Taxa fixa	Pré
Taxa de juros	5,85% ao ano	16,58% ao ano
Data de início	23/10/2014	23/10/2014
Data do pagamento cupom/amortização	Junho e Dezembro de 2015 a 2023	Junho e Dezembro de 2015 a 2023
Data de vencimento	15/12/2023	15/12/2023

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	2019
	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.796	3.161

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	2018
	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.490	1.283

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não têm a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO
a) Composição

	Valor contábil	
	2019	2018
Empréstimos e adiantamentos a clientes - Custo Amortizado		
Empréstimos e recebíveis	3.238.050	2.700.896
(-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(343.114)	(384.114)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.894.936	2.316.782
Títulos com risco de crédito		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	159.486	52.283
(-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment) ⁽¹⁾	(66.251)	(382)
Ativos financeiros ao custo amortizado	258.045	402.189
(-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(11.000)	(12.561)
Títulos com risco de crédito	340.280	441.529
Garantias prestadas e responsabilidades	641.442	863.277
(-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(141)	(149)
Limites de crédito a liberar	69.970	42.486
(-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(496)	(84)
Total carteira expandida	4.366.993	4.061.131
Total (-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment) - Custo Amortizado	(354.751)	(396.908)
Total (-) Provisão para perdas por não recuperação (impairment) - VJORA	(66.251)	(382)
Total carteira expandida, líquida de impairment	3.945.991	3.664.223

⁽¹⁾ Conforme descrito na nota 3.m, a perda esperada de instrumentos financeiros ao VJORA são contabilizadas em outros resultados abrangentes tendo como contra-partida o resultado. O valor apresentado no quadro acima não contém efeitos tributários. A apresentação da perda esperada por estágios encontra-se apresentada na nota 27.e.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

b) Tipo de crédito

	2019	2018
Capital de giro	1.855.304	1.689.117
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	45.018	55.515
Conta corrente garantida	103.413	75.656
Repasse do BNDES/Finame	41.761	71.842
Títulos descontados	9.308	47.446
Financiamento em moeda estrangeira	446.149	534.586
Financiamentos a exportação	564.984	124.461
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	258.045	273.405
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	242.083	154.999
Avais e Fianças Honradas	-	8.710
Total	3.566.065	3.035.737
Créditos abertos para importação	12.126	1.462
Garantias prestadas	629.316	863.277
Garantias prestadas e responsabilidades	641.442	864.739
Instrumentos de dívida privados ⁽²⁾	159.486	160.655
Títulos com risco de crédito	159.486	160.655
Total carteira expandida	4.366.993	4.061.131

⁽¹⁾ Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda (nota 11).

⁽²⁾ Representados, na sua maioria, por debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, compostos na carteira do Pine (nota 7b).

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Por ramo de atividade

	2019	2018
Açúcar e Alcool	389.018	416.989
Agricultura	143.101	285.972
Água e Saneamento	197.666	260.308
Alimentos	77.704	-
Bélico	76.871	97.791
Comércio Exterior	57.354	48.656
Comércio Varejista	207.553	145.922
Comunicação e Gráfica	31.086	29.938
Cooperativa	98.096	141.668
Distribuidor de Alimentos e Bebidas	40.378	6.135
Eletrônica	98.514	-
Energia Elétrica e Renovável	31.624	-
Engenharia	198.944	187.539
Farmacêutica e Cosméticos	54.540	73.275
Fertilizantes, Defensivos e Insumos Agrícolas	25.476	15.149
Fios e Cabos Elétricos	6.623	21.361
Imobiliário	769.553	677.237
Indústria	81.670	337.968
Instituição de Ensino	1.517	1.000
Instituição Financeira	30.344	20.352
Instituição Não Financeira / Fundo de Investimento	519	17.946
Lazer e Turismo	312	5.691
Materiais de Construção e Decoração	87.139	-
Metalurgia	81.561	97.669
Mineração	1.779	220
Outros	409.618	65.813
Papel e Celulose	33.477	30.247
Pessoa Física	155.386	87.479
Plásticos e Borracha	42.006	33.094
Processamento de Carne	68.320	68.733
Química e Petroquímica	114.462	96.924
Serviços	148.314	256.080
Telecom, TI, Informática e Eletroeletrônica	188.334	156.777
Têxtil e Vestuário	90.625	-
Trading Agrícola	64.914	99.996
Transportes e Logística	193.979	205.318
Veículos e Peças	68.616	71.884
Total de carteira expandida	4.366.993	4.061.131

d) Por nível de concentração

Maiores devedores	2019		2018	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	120.092	2,75	98.726	2,44
2º ao 10º	726.718	16,64	716.646	17,65
11º ao 20º	459.902	10,53	521.978	12,85
21º ao 50º	739.530	16,93	729.781	17,97
51º ao 100º	662.897	15,18	630.496	15,53
Demais devedores	1.657.854	37,95	1.363.504	33,56
Total carteira expandida	4.366.993	99,98	4.061.131	100,00

e) Por Setor

	2019	2018
Indústria	1.727.168	1.980.644
Comércio	614.458	505.648
Intermediação financeira	22.412	20.937
Outros serviços	1.762.369	1.337.675
Pessoas físicas	220.586	216.227
Total de carteira expandida	4.366.993	4.061.131

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$2.318 (R\$4.024 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

g) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2019 existiam contratos renegociados no valor de R\$476.872 (R\$557.842 em 31 de dezembro de 2018). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

h) Cessões de Crédito

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$23.890. Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$7.916, não descontado a provisão no valor de R\$3.181. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais". Em 31 de dezembro de 2018, não houve operações de cessões de crédito sem coobrigação. Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$27.378 (R\$10.793 em 31 de dezembro de 2018), essas cessões geraram um ganho no valor de R\$100 (R\$950 em 31 de dezembro de 2018) registrados na rubrica "Operações de Crédito".

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS
a) Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado e VJORA por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	Estágio 1	
	2019	2018
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.760.084	2.280.450
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	15.210	36.014
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.744.874	2.240.798
Instrumentos de dívida	-	3.638
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.147.200	728.625
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	2.147.200	728.625
Garantias prestadas e responsabilidades	605.165	839.262
Limites de crédito a liberar	19.174	41.314
Total dos ativos financeiros ao custo amortizado classificados no estágio 1	5.531.623	3.889.651

	Estágio 2	
	2019	2018
Ativos financeiros ao custo amortizado	314.887	207.511
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	20.142	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	294.745	207.511
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	48.196	-
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	48.196	-
Garantias prestadas e responsabilidades	12.126	-
Limites de crédito a liberar	50.745	1.172
Total dos ativos financeiros ao custo amortizado classificados no estágio 2	425.954	208.683

	Estágio 3	
	2019	2018
Ativos financeiros ao custo amortizado	456.476	638.852
Empréstimos e adiantamentos a clientes	456.476	536.144
Instrumentos de dívida	-	102.708
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	66.717	-
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	66.717	-
Garantias prestadas e responsabilidades	24.151	24.015
Limites de crédito a liberar	51	-
Total dos ativos financeiros ao custo amortizado classificados no estágio 3	547.395	662.867

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no exercício.

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Estágios 1-2-3	2019				2018			
	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	15.442	48.813	289.859	354.114	6.204	29.397	350.067	385.668
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	4.125	-	4.125	-	-	-	-
Títulos de valores mobiliários públicos e privados	-	-	-	-	-	-	10.625	10.625
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)⁽¹⁾								
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	124	21.427	44.700	66.251	382	-	-	382
Garantias prestadas e responsabilidades	-	-	141	141	-	-	148	148
Limites de crédito a liberar	192	304	-	496	60	25	-	85
Total geral da provisão para perdas esperadas	15.758	74.669	334.700	425.127	6.646	29.422	360.840	396.908

⁽¹⁾ A provisão para perdas esperadas referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não reduz o valor contábil do ativo financeiro, mas deve ser contabilizada em outros resultados abrangentes em contra-partida ao resultado (nota 27.e).

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1-2-3	Exercício de 2019			Total
	1º	2º	3º	
Saldos em 1º de janeiro de 2019	6.646	29.422	360.840	396.908
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(861)	5.196	-	4.335
Estágio 1 para o Estágio 3	(65)	-	19.294	19.229
Estágio 2 para o Estágio 3	-	-	-	-
Estágio 2 para o Estágio 1	101	(206)	-	(105)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	13.581	68.606	200.676	282.863
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	1.024	(1.247)	42.665	42.442
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(4.669)	(27.102)	(288.774)	(320.545)
Total dos movimentos	9.111	45.247	(26.139)	28.219
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15.757	74.669	334.701	425.127

⁽¹⁾ Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

Estágios 1-2-3	Exercício de 2018			Total
	1º	2º	3º	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	8.459	129.126	451.251	588.836
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	-	13	-	13
Estágio 1 para o Estágio 3	(37)	-	9.314	9.277
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(23.408)	27.131	3.723
Estágio 2 para o Estágio 1	526	(5.007)	-	(4.481)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	5.719	27.088	166.115	198.922
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(903)	(2.212)	2.611	(604)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(7.118)	(96.179)	(234.738)	(338.035)
Total dos movimentos	(1.813)	(99.705)	(29.567)	(131.085)
(-) Ativos financeiros desreconhecidos através de cessão de prejuízo	-	-	(60.843)	(60.843)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.646	29.421	360.841	396.908

⁽¹⁾ Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	2019	2018
Bens Não de Uso	565.761	508.481
Loteamento Entre Verdes	457.026	-
Total	1.022.787	508.481

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de dezembro de 2019, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R\$60.006 (R\$54.116 em 31 de dezembro de 2018), representados basicamente por depósitos sobre imposto PIS no valor de R\$46.801 (R\$45.420 em 31 de dezembro de 2018).

13. OUTROS ATIVOS

	2019	2018
Adiantamentos	2.178	448
Comissões sobre avais e fianças	32.650	34.476
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	76.764	19.392
Despesas Antecipadas	17.873	16.234
Outros recebíveis	34.271	137.320
Total	163.736	207.870

14. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Custo	Depreciação	2019	2018
			Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	21.595	(13.144)	8.450	458
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	1.852	(1.427)	424	121
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(1.631)	647	923
Sistema de Transporte	230	(176)	54	100
Imobilizado de arrendamento	35.773	(6.494)	29.279	-
Total	61.728	(22.872)	38.854	1.602

15. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	Custo	Amortização Acumulada	2019	Custo	Amortização Acumulada	2018
			Valor Líquido			Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - software	2.980	(343)	2.637	693	298	395
Total	2.980	(343)	2.637	693	298	395

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

16. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	2019	2018
Classificação		
Passivo Financeiro ao custo amortizado	67.049	91.130
Total	67.049	91.130

Por vencimento

	2019	2018
Até 30 dias	1.006	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	66.043	36.103
Acima de 360 dias	-	55.027
Total	67.049	91.130

17. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	2019	2018
Classificação		
Passivo Financeiro ao custo amortizado	6.245.729	5.749.153
Total	6.245.729	5.749.153

Tipo:

Depósitos à vista	81.081	87.447
Depósitos a prazo	5.641.125	5.189.872
Letras de crédito de agronegócio	262.645	258.609
Letras de crédito imobiliário	260.878	213.225
Total	6.245.729	5.749.153

Por vencimento

	2019	2018
Sem vencimento	81.081	87.447
Até 30 dias	238.902	48.848
De 31 a 60 dias	165.295	70.494
De 61 a 90 dias	207.886	276.615
De 91 a 180 dias	756.228	444.320
De 181 a 360 dias	1.010.910	1.211.693
Acima de 360 dias	3.785.427	3.609.736
Total	6.245.729	5.749.153

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2019	2018
Carteira Própria		
LFT - letra financeira do tesouro	135.003	-
NTN - notas do tesouro nacional	90.002	30.009
Debêntures	120.389	123.689
Subtotal	345.394	153.698
Carteira de Terceiros		
LFT - letra financeira do tesouro	-	204.994
Subtotal	-	204.994
Total	345.394	358.692

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
No País

	Taxa de juros	2019	2018
Letras Financeiras	113,48% a.a.	10.852	25.097
Total		10.852	25.097

20. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2019	2018
Repasse do país - instituições oficiais	50.414	104.496
Operações de repasses do exterior	53.134	184.713
Operações de empréstimos do exterior	22.252	29.887
Total	125.800	319.096

Por vencimento

	Moeda de Emissão	Taxa de juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	2019 Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	2,33% a.a.	9.257	19.217	21.940	-	-	50.414
Operações de repasses do exterior	US\$	4,33% a.a.	-	53.134	-	-	-	53.134
Operações de empréstimos do exterior	US\$	3,53% a.a.	917	21.335	-	-	-	22.252
Total			10.174	93.686	21.940	-	-	125.800

	Moeda de Emissão	Taxa de juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	2018 Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	2,33% a.a.	13.446	40.068	36.625	11.878	2.479	104.496
Operações de repasses do exterior	US\$	4,33% a.a.	59.398	74.523	29.712	21.080	-	184.713
Operações de empréstimos do exterior	US\$	3,53% a.a.	8.028	21.859	-	-	-	29.887
Total			80.872	136.450	66.337	32.958	2.479	319.096

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

21. OUTRAS ORIGAÇÕES

	2019	2018
Contrato de prestação de Serviço	24.000	-
Representatividade da obrigação de desempenho realizada	2,29%	-
Receita reconhecida no exercício	550	-
Total	23.450	-

Em maio de 2019 o Banco assinou um contrato de parceria para exclusividade de utilização dos seus canais de distribuição para distribuição, venda, promoção, divulgação e oferta dos produtos de seguros ofertados pela Pine Corretora, com duração de 12 anos.

22. DÍVIDA SUBORDINADA

	Valor aplicado	Taxa de juros	2019	2018
Letras Financeiras				
De 1 a 3 anos	16.500	100% do CDI	54.685	47.115
De 3 a 5 anos	29.915	130% do CDI	30.399	-
De 5 a 15 anos	44.076	134% do CDI	46.373	28.380
Total			131.457	75.495

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	2019	2018
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	33.894	35.675
Passivo de arrendamento	17.689	-
Total	51.583	35.675

24. PROVISÕES
a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões:

	2019	2018
Contingências trabalhistas	6.863	7.351
Contingências cíveis	7.875	6.162
Contingências fiscais	369	369
Provisão para despesas de pessoal	22.239	15.358
Provisões para garantias financeiras prestadas	4.150	5.311
Total	41.496	34.551

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no artigo 3o., §1o. da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Desde então, o Pine iniciou os procedimentos necessários para viabilizar o levantamento dos depósitos judiciais vinculados a essas ações. Em relação ao PIS, em 31 de dezembro de 2019 esses depósitos representavam R\$46.801 (R\$45.420 em 31 de dezembro de 2018). Nessas mesmas datas, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam: (i) PIS: R\$539 (R\$9.408 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) COFINS: R\$17.617 (R\$18.476 em 31 de dezembro de 2018).

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	2019			2018		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
Contingências Fiscais	369	51.020	(50.651)	369	49.410	(49.041)
Contingências Trabalhistas	6.863	2.762	4.101	7.351	2.085	5.266
Contingências Cíveis	7.875	6.224	1.651	6.162	2.621	3.541
Total	15.107	60.006	(44.899)	13.882	54.116	(40.234)

(iii) Movimentação das provisões passivas

	2019				2018			
	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	7.448	7.626	15.443	369	7.290	8.243	15.902
Constituição (reversão)	-	(929)	187	(742)	-	(524)	(2.284)	(2.808)
Atualização	-	344	62	406	-	585	203	788
Saldo final	369	6.863	7.875	15.107	369	7.351	6.162	13.882

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2019 o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis, (R\$739 no Individual e no Consolidado em 31 dezembro de 2018).

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2019 o Pine possuía processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$184 no Individual e no Consolidado (R\$522 no Individual e no Consolidado em 31 dezembro de 2018).

25. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	2019	2018
Imposto de renda a pagar	895	1.328
Contribuição social a pagar	1.281	803
Total	2.176	2.131

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

26. OUTROS PASSIVOS

	2019	2018
Impostos e contribuições a pagar	5.714	5.056
Honorários advocatícios	401	419
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	6.139	4.510
Negociação e intermediação de valores	6.491	5.409
Relações com correspondentes	259	209
Contas a pagar	68	8.442
Outros passivos	6.980	5.337
Recebimentos à identificar ⁽¹⁾	14.244	-
Cambios	(9.851)	(2.058)
Total	30.445	27.324

⁽¹⁾ Este saldo refere-se a pagamentos realizados à Pine Entre Verdes e à Pine Ativos Imobiliários que estão em análise para respectiva devolução ou reconhecimento de receita.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.112.259 em 31 de dezembro de 2018) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (121.171.395 em 31 de dezembro de 2018) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de dezembro de 2019 e homologado pelo Banco Central em 26 de dezembro de 2019, foi deliberado: o aumento de capital social de R\$1.112.259 para R\$1.202.393, com a emissão de 26.986.369 novas ações nominativas, sendo 10.399.359 ordinárias e 16.587.010 preferenciais.

Conforme deliberado em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25 de outubro de 2019 e 26 de dezembro de 2019 e homologado pelo Banco Central em 30 de dezembro de 2019, foi realizado o aumento de capital no valor de R\$90.133 com a emissão de 26.986.369 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 16.587.010 ações preferenciais e 10.399.359 ações ordinárias.

b) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

d) Ações em tesouraria

Os planos de aquisições e cancelamentos de ações de própria emissão do Pine referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstrados no quadro a seguir:

	2018					2018	
Descrição	Data limite para aquisição das ações	Total de ações aprovadas	Ações preferenciais adquiridas	Ações preferenciais canceladas	Valor total	Custo médio	
Reunião do Conselho de Administração ⁽¹⁾	18/01/2017	17/01/2018	500.000	43.300	129	2,98	

⁽¹⁾ Em 17 de janeiro de 2018, o Pine encerrou o plano de aquisição de ações de emissão própria adquirindo 43.300 ações do total aprovado de 500.000 ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Pine transferiu 2.532.405 ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, para os diretores estatutários a título de remuneração variável nos termos da Resolução CMN nº 3.921/10 no montante de R\$6.610 ao custo médio de R\$2,61. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não houve devolução referente a ações de ex diretores estatutários.

Em 31 de dezembro de 2018 o Pine possuía em tesouraria 3.740 ações preferenciais de sua própria emissão no montante de R\$39. O valor de mercado dessas ações correspondia a R\$8.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado o cancelamento do saldo de 629 ações preferenciais mantidas em tesouraria, no montante de R\$7, sem redução do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 o Pine não vendeu ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria.

e) Provisão para perdas esperadas - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Em conformidade com o IFRS 9 (CPC 48) a provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) não deve reduzir o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial, por sua vez, deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes em contra-partida ao resultado. O quadro abaixo apresenta a provisão para perdas esperadas referentes a ativos financeiros ao VJORA, por estágio, referente ao exercício de 2019:

	Perda esperada	Efeito tributário	2019 Líquido
Estágio 1	124	(50)	74
Estágio 2	21.427	(8.571)	12.856
Estágio 3	44.700	(17.880)	26.820
Total	66.251	(26.500)	39.751

28. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio

A demonstração de resultado abrangente incluiu as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	2019	2018
Ativos financeiros financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	1.409	3.259
Instrumentos de dívida	2.562	5.431
Efeito fiscal	(1.153)	(2.172)
Hedges fluxo de caixa	(1.729)	(3.061)
Instrumento de hedge	(3.144)	(5.102)
Efeito fiscal - hedge	1.415	2.041
Outros ajustes	(2.157)	(5.616)
Outros	(3.921)	(9.293)
Efeito fiscal - outros	1.764	3.677
Subtotal	(2.477)	(5.418)
Perda Esperada (Ativos financeiros ao VJORA)	39.751	-
Total	37.274	(5.418)

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Quando os títulos classificados como ativos financeiros financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Pine não vendeu títulos classificados como ativos financeiros financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

29. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2019	2018
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.445	2.888
Instrumentos de dívida	177.605	190.726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	714.393	565.039
Total	893.443	758.653

30. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2019	2018
Depósitos de instituições financeiras	4.267	6.731
Depósitos de clientes	495.234	451.026
Captações no mercado aberto	19.983	22.569
Obrigações por empréstimos e repasses	16.883	32.954
Obrigações por títulos e valores mobiliários	84	144
Dívidas subordinadas	115.565	177.769
Outros juros	49.934	44.942
Total	701.950	736.135

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no exercício, exceto aquelas que fazem

	2019	2018
Comissão de Fiança	20.644	46.449
Comissão de estruturação	2.914	4.722
Tarifas Interbancárias	8.548	6.194
Outras	4.827	493
Total	44.806	66.067

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Comissões	276	678
Serviços bancários	1.096	328
Teleprocessamento	2.240	2.002
Outros	1.141	834
Total	4.753	3.842

33. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Instrumentos de dívida	43.303	57.498
Instrumentos de capital	1.142	-
Total	43.303	57.498

b) Derivativos

	2019	2018
Futuro	90.385	(168.205)
Opções	12.238	(2.218)
Swap	33.215	184.351
Termo	(25.048)	114.892
Total	110.790	128.820

34. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de despesa com variação cambial é de R\$348.615 (despesa de R\$197.457 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

35. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de despesas	5.498	1.132
Rendas de aluguéis	6.243	6.113
Outras receitas (despesas)	(500)	24.868
Outras provisões	(3.341)	(630)
Total	7.900	31.483

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

36. DESPESAS COM PESSOAL

Proventos	47.613	64.838
Benefícios, treinamento	11.807	12.069
Encargos sociais	17.552	20.431
Participações nos resultados	24.019	18.770
Total	100.991	116.108

37. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesas de água, energia e gás	2.959	489
Despesas com aluguéis	13.993	10.052
Despesas de arrendamento de bens	702	607
Despesas de comunicações	4.616	5.024
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.182	1.183
Despesas de processamento de dados	14.013	13.564
Despesas de relações públicas	2.301	3.271
Despesas de seguros	3.583	4.184
Despesas com serviços de terceiros	3.447	6.166
Despesas com serviços de vigilância e segurança	2.550	2.664
Despesas com serviços técnicos especializados	11.327	12.312
Despesas de transporte	621	415
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	19.800	16.160
Despesas de viagens	469	389
Outras despesas administrativas	16.886	7.721
Total	102.504	87.497

38. PROVISÕES LIQUIDAS

	2019	2018
Atualização monetária	1.316	1.022
Reversão/Provisão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.989	(5.518)
Outros	(4.562)	10.134
Total	(1.257)	5.638

39. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$17.766 (R\$484 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	(275.958)	(50.608)
Lucro antes da tributação	(275.958)	(50.608)
Alíquota vigente	40%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	110.383	22.774
Diferenças permanentes	49.948	(15.260)
Variação Cambial de Investimentos no exterior	(3.996)	15.505
Majoração da alíquota da CSLL	79.984	(36.155)
Outros ajustes	(26.040)	5.390
Imposto de renda e contribuição social	160.331	7.514

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	2019	2018
<i>Impairment</i>	261.928	191.138
Provisão para participações nos lucros	7.323	3.531
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	43.076	(15.484)
Outras provisões	14.322	14.049
Outros ajustes	(8.233)	3.467
Resultado negativo no exterior	-	-
Prejuízo fiscal / base negativa	373.726	341.977
Total	692.142	538.678

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	2019	2018
Avaliação de títulos (renda fixa)	(1.153)	(2.172)
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	1.415	2.041
Outros ajustes	1.764	3.677
Total	2.026	3.546

d) Movimentação de impostos diferidos

	2019	2018
Saldo inicial	542.224	483.946
Débito (crédito) ao resultado	153.464	19.936
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(1.520)	38.342

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

e) Prazo de realização

	2019	2018
Até 1 ano	301.293	227.290
De 1 a 2 anos	12.928	35.522
De 2 a 3 anos	12.899	19.793
De 3 a 4 anos	11.301	27.499
De 4 a 5 anos	36.307	32.590
De 5 a 8 anos	403.721	169.100
De 8 a 10 anos	91.445	45.186
Subtotal Ativo - Créditos tributários	869.894	556.980
Até 1 ano	7.956	3.452
De 1 a 2 anos	2.032	980
De 2 a 3 anos	1.079	(135)
De 3 a 4 anos	963	694
De 4 a 5 anos	890	(402)
De 5 a 8 anos	158.619	9.400
De 8 a 10 anos	4.187	767
Subtotal Passivo - Obrigações fiscais diferidas	175.726	14.756
Total	694.168	542.224

41. LIMITES OPERACIONAIS
a) Índice da Basileia

O Pine, em 31 de dezembro de 2019, atingiu o índice de 12,33% (12,80% em 31 de dezembro de 2018), calculado a partir do "Consolidado Prudencial (valores em BRGAAP)".

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular nº 3.678/13, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de referência exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

c) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de imobilização foi de 23,30% (35,98% em 31 de dezembro de 2018).

42. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Tipo de Garantia Financeira	2019		2018	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Lances, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	139.189	845	332.212	1.658
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	439.950	1.471	465.490	1.670
Outras Fianças Bancárias	50.177	1.834	65.575	1.983
Total	629.316	4.150	863.277	5.311

São fornecidas aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Remuneração da Administração

No exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Pine; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Pine como um todo.

A remuneração variável será calculada:

(i) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e

(ii) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Pine de forma imediata quando do pagamento da PLR; e

(iii) o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Pine e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie. O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.

A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$2.431 (R\$13.233 em 31 de dezembro de 2018), e a despesa em 2019 foi de R\$281 (R\$6.297 em 31 de dezembro de 2018) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	2019	2018
Remuneração fixa	10.541	10.823
Remuneração variável	2.431	11.627
Benefícios de curto prazo	3.308	4.190
Total	16.280	26.640

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração por ações

Ações Outorgadas	Data da outorga	Quantidade					Vencimento		2019
		R\$	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% exercível	exercida em	
PLANO I	24/08/2012	14,18	344	260	13	-	33,33%	25/08/2013	
							66,66%	25/08/2014	
							100,00%	25/08/2015	
PLANO II	25/02/2013	14,25	359	275	22	-	33,33%	25/02/2014	
							66,66%	25/02/2015	
							100,00%	25/02/2016	
PLANO III	23/08/2013	10,24	491	477	14	-	33,33%	23/08/2014	
							100,00%	23/08/2016	
PLANO IV	25/02/2014	8,14	581	560	21	-	33,33%	25/02/2015	
							66,66%	25/02/2016	
							100,00%	25/02/2017	
PLANO V	25/08/2014	7,78	904	569	335	-	33,33%	25/08/2015	
							66,66%	25/08/2016	
							100,00%	25/08/2017	
PLANO VI	25/02/2015	4,44	1.291	649	642	-	33,33%	25/02/2016	
							66,66%	25/02/2017	
							100,00%	25/02/2018	
PLANO VII	25/02/2016	3,58	2.206	1.575	-	631	33,33%	25/02/2017	
							66,66%	25/02/2018	
							100,00%	25/02/2019	
PLANO VIII	24/02/2017	4,09	1.016	473	-	543	33,33%	25/02/2018	
							66,66%	25/02/2019	
							100,00%	25/02/2020	
PLANO IX	02/03/2018	3,34	989	210	-	779	33,33%	25/03/2019	
							66,66%	25/03/2020	
							100,00%	25/03/2021	
PLANO X	01/09/2018	2,20	133	44	-	89	33,33%	25/09/2019	
							66,66%	25/09/2020	
							100,00%	25/09/2021	
PLANO X	06/09/2018	2,20	1.335	-	-	1.335	33,33%	25/09/2019	
							66,66%	25/09/2020	
							100,00%	25/09/2021	
Total			9.649	5.092	1.047	3.377			

No exercício de 2019 não tivemos novo planos de Remuneração por ações.

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Pine o executivo pode receber uma indenização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve pagamento aos executivos que saíram a título de compensação no valor de R\$1.161 (R\$2.806 em 31 de dezembro de 2018).

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Administradores (1)			21.539	8.494		
Depósitos à vista	Sem vencimento		19	54	-	-
Depósitos à prazo	17/10/2021	100% a 120%	10.147	6.145	97	92
Recursos de letras de crédito do agronegócio	25/04/2019	90% a 100%	2	236	13	74
Recursos de letras de crédito imobiliário	24/10/2019	91% a 100%	8.686	636	147	19
Recursos de letras financeiras	25/10/2024	150%	2.685	1.423	118	23
Familiares imediatos (1)			17.621	2.784		
Depósitos à vista	Sem vencimento		69	2	-	-
Depósitos à prazo	04/01/2021	98% a 120%	10.178	2.332	155	328
Recursos de letras de crédito do agronegócio	19/08/2019	96% a 100%	233	275	3	13
Recursos de letras de crédito imobiliário	17/09/2019	97.5% a 100%	490	175	48	9
Recursos de letras financeiras			6.651	-	351	-
Empresas ligadas			111.810	71.752	(2.931)	(2.237)
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda			4	5	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda			3	1	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda			15	8	-	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Sem vencimento		17	9	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	Sem vencimento		-	5	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Sem vencimento		1	2	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		377	266	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda	Sem vencimento		319	239	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		929	153	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA	Sem vencimento		5.691	10	-	-
Pine Really XXVIII Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		1.866	-	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	10/12/2020	99%	61.725	60.348	(1.664)	(1.823)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	23/11/2020	99%	852	805	(23)	(25)
Pine Planejamento e Serviços Ltda	14/12/2020	99%	172	162	(5)	(5)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	14/12/2020	99%	31.717	4.609	(1.077)	(284)
Pine Corretora de Seguros Ltda	28/12/2020	99%	8.122	5.130	(163)	(100)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

	Saldo inicial em	Aplicações /	Resgates /	Juros /	Saldo final em
	31/12/2018	Depósitos	Saques	Remuneração	31/12/2019
Administradores	8.494	38.294	(25.624)	375	21.539
Depósitos à vista	54	22	(57)	-	19
Depósitos à prazo	6.145	26.481	(22.576)	97	10.147
Recursos de letras de crédito do agronegócio	236	390	(637)	13	2
Recursos de letras de crédito imobiliário	636	8.801	(898)	147	8.686
Recursos de letras financeiras	1.423	2.600	(1.456)	118	2.685
Familiares imediatos	2.784	20.153	(5.873)	557	17.621
Depósitos à vista	2	91	(24)	-	69
Depósitos à prazo	2.332	12.657	(4.966)	155	10.178
Recursos de letras de crédito do agronegócio	275	231	(276)	3	233
Recursos de letras de crédito imobiliário	175	874	(607)	48	490
Recursos de letras financeiras	-	6.300	-	351	6.651
Empresas ligadas	71.752	124.882	(89.137)	4.313	111.810
Valores a Receber	14	51	(43)	-	22
Depósitos à vista	684	45.170	(36.654)	-	9.200
Depósitos à prazo	71.054	79.661	(52.440)	4.313	102.588

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

	2019				Total de Ações	Total de Ações (%)
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias(%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)		
Acionistas						
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	70,81
Conselho de Administração	-	-	1.852.394	2,55	1.852.394	11,48
Administradores	-	-	2.783.110	3,83	2.783.110	1,88
Total	75.577.842	100,00	19.795.806	27,27	95.373.648	84,17

	2018				Total de Ações	Total de Ações (%)
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias(%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)		
Acionistas						
Pessoa Física	65.178.483	100,00	17.228.694	30,77	82.407.177	68,01
Conselho de Administração	-	-	5.097.548	9,10	5.097.548	4,21
Administradores	-	-	1.101.088	1,97	1.101.088	0,91
Total	65.178.483	100,00	23.427.330	41,84	88.605.813	73,13

44. OUTRAS DIVULGAÇÕES
a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2019 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	131
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	18.590
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro garantia	Judicial para Execução Fiscal	324.977

b) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses" que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como Índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2019 efetuamos a reclassificação de R\$49.972 para curto prazo (R\$179.599 em 31 de dezembro de 2018).

45. GERENCIAMENTOS DE RISCOS
a) Introdução e visão geral

O Pine está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Alta Administração da Instituição.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Pine está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos.

O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do Pine, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

No processo de governança de riscos e capital, o Pine estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada,

b) Risco de crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas em caso de inadimplência total ou parcial dos clientes, ou das contrapartes, no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Pine. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Nossa exposição ao risco de crédito está relacionada em sua maior parte à aplicação de recursos financeiros na forma de empréstimos, adiantamentos, repasses e outros produtos tradicionais de crédito, seja em moeda local ou estrangeira; à exposição a títulos de emissão privada; à prestação de garantias e coobrigações e aos recebíveis oriundos de operações de derivativos de balcão com clientes.

Gerenciamento do risco de crédito

O Comitê de Crédito possui, entre outras atribuições, o estabelecimento de diretrizes, aprovação de políticas de crédito, deliberação de empréstimos e adiantamentos a clientes, análise de demandas operacionais de produtos de crédito e de cobrança, ainda não previstos em documentos oficiais, deliberação a respeito de empréstimos e adiantamentos a clientes e políticas em caráter de excepcionalidade, análise dos indicadores de propostas e contratos para atendimento das metas e objetivos a serem alcançados pelo Pine.

O risco de crédito é o maior risco para o negócio do Pine. Portanto, a administração gerencia cuidadosamente sua exposição ao risco de crédito. A gestão e controle do risco de crédito são centralizados em uma equipe de gerenciamento de risco de crédito que se reporta regularmente à Superintendência de Riscos.

Atribuições:

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com diversas unidades do Pine relacionadas. Essa política inclui itens como exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e tipos de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias;
- Estabelecer estruturas para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito;
- Revisar e avaliar o risco de crédito. A área avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão;
- Monitorar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia, por faixas de classificação de crédito e risco país;
- Desenvolver e manter a classificação de risco dos clientes do Pine para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito;
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, no gerenciamento do risco de crédito;
- Monitorar as mídias, de forma a identificar notícias sobre os setores nos quais o Pine trabalha, sobre os clientes da Instituição, clientes em prospecção, commodities, recuperação judicial e falências;
- Monitorar e desenvolver relatórios gerenciais mensais com informações e comparativos de períodos da carteira de crédito, além de atender áreas relacionadas da instituição, referente a informações de risco de crédito da carteira do Pine.

Área de Administração de Ativos Especiais (Recuperação de Crédito):

- O Pine possui uma área específica que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando identificar e atuar frente aos potenciais riscos da instituição, buscando soluções ágeis e efetivas no intuito de mitigar possíveis perdas, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

c) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros	Estágios			2019
	1º	2º	3º	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.760.084	314.887	456.476	3.531.447
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	15.210	20.142	-	35.352
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	2.744.874	294.745	456.476	3.496.095
Títulos de valores mobiliários públicos e privados	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.147.200	48.196	66.717	2.262.113
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	2.147.200	48.196	66.717	2.262.113
Garantias prestadas e responsabilidades	605.165	12.126	24.151	641.442
Limites de crédito a liberar	19.174	50.745	51	69.970
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	5.531.623	425.954	547.395	6.504.972
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(15.634)	(53.242)	(290.000)	(358.876)
(-) Provisão para perdas esperadas - VJORA	(124)	(21.427)	(44.700)	(66.251)
Exposição Líquida	5.515.865	351.285	212.695	6.079.845

d) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	2019	2018
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	650.781	1.311.401
Instrumentos de dívida	649.347	1.214.508
Instrumentos de capital	1.434	96.893
Instrumentos financeiros derivativos	1.773.703	1.659.365
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	2.424.484	2.970.766

e) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	2019	2018
	Total em %	Total em %
Raro	40%	49%
Baixo	12%	5%
Médio	2%	6%
Significativo	9%	15%
Alto	7%	8%
Muito Alto	29%	18%

O Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

f) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Pine para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito
Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.

O Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3 I, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Pine agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial); e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

g) Premissas de variáveis econômicas

Nos modelos de PE, o Pine utiliza informações macroeconômicas, sendo o INPC a informação prospectiva para 12 meses, conforme demonstrado no quadro abaixo.

		Mar/20	Jun/20	Set/20	Dez/20	Mar/21
IGPM	Base	6,66%	5,39%	6,66%	5,02%	4,67%
Produção Industrial (%)	Base	3,30%	3,00%	2,58%	2,50%	1,00%

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste na perda esperada foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

h) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, para garantia da recuperação do crédito.

Em função das características das operações (empréstimos pessoal e cartão de crédito) e dos tomadores (pessoas físicas), o Pine não recebe garantias pelas empréstimos e adiantamentos a clientes concedidas. Assim, em relação à exposição total ao risco de crédito do Pine, apenas a exposição originada por operações compromissadas realizadas junto a instituições financeiras possuem garantias, representadas pelos títulos que servem de lastro para a operação e que cobrem a totalidade do valor das operações.

i) Risco de liquidez
Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes e limites neste comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez : moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee* e da alta Administração.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão compreendidas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);
- Área ALM na Tesouraria;
- Risco de Liquidez & Mercado e Produtos na Diretoria de Finanças e Riscos.

Balanco Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

	2019				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	1.343.830	3.058.066	1.623.865	(1.048.931)	(896.113)
Títulos e valores mobiliários	1.538	6.304	35.030	407.326	763.548
Derivativos	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	35.352	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	827.545	1.498.207	705.450	162.470	84.963
Total	2.172.913	4.597.929	2.364.345	(479.135)	(47.602)
PASSIVO					
Depósitos de clientes	612.796	1.758.982	2.983.995	410.061	348.565
Depósitos de instituições financeiras	-	15.273	-	-	-
Captações e depósitos com liquidez disponível	-	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	343	2.129	63.064	33.101	48.510
Obrigações por empréstimos e repasses	3.013	43.583	27.773	9.455	-
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-
Total	616.152	1.819.967	3.074.832	452.617	397.075
Derivativos	13.329	(2.987)	(1.579)	35.640	(313.929)
GAP	1.570.090	2.774.975	(712.066)	(896.112)	(758.606)

j) Risco de mercado
Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Pine.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Pine vis a vis o apetite ao risco definido pelo Comitê de Tesouraria e aprovado pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela Superintendência de Riscos de Liquidez & Mercado e Produtos, que calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Pine.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo Comitê de Tesouraria.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Pine, bem como o atendimento da regulamentação em vigor.

Metodologias

Valor de mercado:

O objetivo da marcação a valor de mercado (MtM) é tornar o apuração dos ativos e passivos contidos nas carteiras *trading* e *banking* do Pine o mais transparente possível, visando as análises aos fatores de riscos de mercado e a proteção patrimonial dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Pine. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Análises:

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de sensibilidade aos fatores de risco

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

Análise de estresse

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Pine para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

Riscos
Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

Risco de moedas

Risco de moedas é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Pine, posições são monitoradas diariamente e estratégias de hedge são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

Risco de preço de ações

Risco de preço de ações é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

Risco de Commodities

Risco de Commodities é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

Exposição ao Risco
Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (trading) do Pine transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a hedge da referida carteira.

Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Pine referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela regulamentação em vigor.

k) Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Pine, atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o Risco Operacional ao qual a instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional inerente aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Instituição. Como parte da estrutura foi desenvolvida uma Política de Gerenciamento do Risco Operacional, que visa garantir o pleno cumprimento do modelo de gestão do risco operacional utilizado.

A estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional também contempla a elaboração de uma Matriz de Riscos, considerando a avaliação de impacto e vulnerabilidade. Essa matriz permite o registro dos processos e riscos em que a instituição está exposta, bem como o registro dos planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles internos.

l) Análise de sensibilidade

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2019:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		2019		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Cenários Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(6.394.087)	(30.455.906)	(60.911.811)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	-	-	-
Índice de Preços (IPCA)	Variações na taxa de IPCA	1.040.498	4.856.980	9.713.960
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(3.060)	11.970	23.939
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	4.577.632	2.463.677	4.927.354
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	93.894	411.109	822.218
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(462)	(3.433)	(6.865)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(19)	(4.774)	(9.548)
Moedas	Variação na variação cambial	(93.034)	(255.836)	(511.671)
Total (soma não correlacionada)*		(12.202.686)	(38.463.685)	(76.927.366)
Total (soma correlacionada)**		(778.638)	(22.976.213)	(45.952.424)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Cenários			
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31/12/2019 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).		
	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
Curva	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	1,98%	0,04%	2,02%
Índice de Preços (IGPM)	0,00%	0,00%	0,00%
Índice de Preços (IPCA)	5,80%	-0,22%	5,58%
Taxa TJLP (TJLP)	-1,10%	0,01%	-1,09%
Taxa Referencial (TR)	6,19%	-1,18%	5,01%
Taxa de Cupom de Dólar	3,34%	-0,01%	3,33%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	6,00%	-0,28%	5,72%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,88%	0,00%	1,88%
Moedas	4,02	-0,35	3,67
Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a		
	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
Curva	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	1,98%	-25%	1,49%
Índice de Preços (IGPM)	0,00%	-25%	0,00%
Índice de Preços (IPCA)	5,80%	-25%	4,35%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	-1,10%	25%	-0,82%
Taxa Referencial (TR)	6,19%	-25%	4,64%
Taxa de Cupom de Dólar	3,34%	-25%	2,50%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,00%	-25%	4,50%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,88%	-25%	1,41%
Moedas	4,02	-25%	3,01
Cenário III - Remoto	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo		
	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
Curva	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	1,98%	-50%	0,99%
Índice de Preços (IGPM)	0,00%	-50%	0,00%
Índice de Preços (IPCA)	5,80%	-50%	2,90%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	-1,10%	50%	-0,55%
Taxa Referencial (TR)	6,19%	-50%	3,10%
Taxa de Cupom de Dólar	3,34%	-50%	1,67%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,00%	-50%	3,00%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,88%	-50%	0,94%
Moedas	4,02	-50%	2,01

(i) Balanço por moeda

	2019			2018		
	Dólar	Euro	Outros	Dólar	Euro	Outros
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	37.129	2.907	-	56.014	113	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	87.100	486	-	87.686	2.290	-
Outros ativos	(56)	-	-	(550)	-	-
Total	124.173	3.393	-	143.150	2.403	-
PASSIVO						
Depósitos de clientes	7.000	-	-	10.407	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	30.447	-	-	72.100	-	-
Relações com correspondentes	1.543	13	-	2.000	-	-
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-
Total	38.990	13	-	84.507	-	-
Derivativos	82.399	3.461	-	57.465	2.487	-
GAP	2.784	(81)	-	1.178	(84)	-

(ii) Balanço por taxa de juros

	2019				2018			
	Pre	IPCA	TJLP	TR	Pre	IPCA	TJLP	TR
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	1.205.294	295.956	-	-	1.607.410	75.466	-	-
Instrumentos de dívida	450.050	187.964	-	-	758.318	64.119	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.066.816	-	11.217	-	2.223.144	-	15.912	15.018
Total	3.722.160	483.920	11.217	-	4.588.872	139.585	15.912	15.018
PASSIVO								
Depósitos de clientes	5.682.102	362.483	-	-	330.075	1.537	-	-
Depósitos de instituições financeiras	295.015	32.277	-	-	5.246.345	251.297	-	-
Captações no mercado aberto	120.360	-	-	-	123.681	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(33.453)	-	(16.957)	-	(213.621)	-	15.904	-
Total	6.064.024	394.760	(16.957)	-	5.486.480	252.834	15.904	-
Derivativos	198.485	(10.661)	(12.720)	-	1.235.811	(35.523)	(15.142)	-
GAP	(2.143.379)	78.499	15.454	-	338.203	(148.772)	16.674	15.018

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

m) Outros riscos - Ambiente de tecnologia da informação

Os negócios do Pine dependem da capacidade computacional do ambiente tecnológico.

Reconhecemos que nossa competitividade também está pautada no funcionamento adequado de nosso controle financeiro, gestão de riscos, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados, e por isso priorizamos nossa resiliência por meio de soluções sistêmicas e tecnológicas que podem mitigar os impactos causados e falhas no ambiente. Operamos com políticas conservadoras de armazenamento e segurança dos dados que viabilizam sua rápida recuperação, optamos por manter os sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real no site de contingência. Entendemos que qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, podem ter efeito adverso relevante sobre nosso negócio.

Continuamente investimos em melhorias constantes em nosso ambiente tecnológico. Como amostra deste cenário o Pine busca inovar seguindo as tendências tecnológicas do mercado, investir na automatização contínua dos processos críticos, na reformulação sistêmica para integração dos processos internos visando mais sinergia e agilidade. Tecnologia da informação tem importância estratégica para o nosso negócio, desta forma investimos em capacidade intelectual bem como nas mais modernas soluções seguras e disruptivas.

46. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou estado de pandemia em relação ao novo Coronavírus (Covid-19). Em atendimento ao CPC 24 – Eventos Subsequentes, a Administração do Banco informa que mantém o monitoramento tempestivo da qualidade de crédito e situação financeira de seus clientes. A propagação do Covid-19 e os consequentes efeitos nos mercados ocorreram no início de 2020, isto é, esses acontecimentos não fornecem evidências adicionais sobre a situação que existia em 31 de dezembro de 2019, dessa forma estamos diante de um evento não ajustável nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019. Não identificamos fatos relevantes que remetam à uma situação de deterioração de nossa carteira de crédito, até o presente momento. O Banco seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.
